

A HORA DA VERDADE

Decisão de Moraes deixa PL 'acéfalo' no ano eleitoral

Magistrado proibiu contatos entre Jair Bolsonaro e Valdemar Costa Neto, responsáveis por definir as estratégias do partido para a disputa municipal de outubro; determinação irrita integrantes do sigla

CAMILA TURIELLI
com a colaboração de
maria

A decisão do ministro Alexandre de Moraes, do Supremo Tribunal Federal (STF), de proibir o contato entre Jair Bolsonaro, o presidente do PL, Valdemar Costa Neto, e o general Walter Braga Netto, também ocupante de um cargo na sigla, deixa o partido acéfalo a menos de um ano da eleição municipal. Hoje, eles são os responsáveis pela definição das estratégias eleitorais da legenda. A medida irritou integrantes da sigla.

Os três foram alvo de uma operação da Polícia Federal anteontem por suspeita de participação numa investida golpista, que incluía questionamentos feitos ao sistema eleitoral após as eleições presidenciais. Em seu despacho, Moraes determinou que os investigados não mantivessem contato entre si. Além disso, Valdemar foi preso em flagrante por posse ilegal de arma de fogo e usurpação de bem público após investigadores encontrarem uma petita de ouro de origem suspeita na casa dele.

Aoitto meses das eleições, é neste período do ano que partidos negociam alianças, desenham chapas com candidatos a vereador e resolvem nós sobre as alianças políticas locais. Essas decisões, no PL, passam pelo crivo da dupla, além

de outros alvos da mesma ação: que levou Valdemar para a cadeia anteontem.

Para os correligionários, o contato entre os investigados, nesse caso, é crucial para que o PL possa avançar nos seus planos para fazer o partido crescer em número de prefeituras. Desde o meio do ano passado, Bolsonaro, Valdemar e Braga Netto, outro alvo da operação, fazem reuniões semanais com outros eventuais participantes, como presidentes de diretórios estaduais da sigla, advogados e demais correligionários para definir as estratégias. O grupo trabalhava para lançar 3 mil candidatos às prefeituras do país, com metas como conseguir pelo menos 150 prefeituras no estado de São Paulo.

No início do mês que vem, eles deveriam ir à Bahia, com a ex-primeira-dama Michelle Bolsonaro, para definir candidaturas locais. Uma pendência no estado, por exemplo, é a disputa em Feira de Santana, onde há dois nomes da direita — Capitão Alden (PL) e Ze Rinaldo (União) — interessados em concorrer.

A expectativa era que Bolsonaro participasse do diálogo para definir a estratégia na cidade baiana. Agora, a viagem é incerta. — Isso é um atentado grave às funções legítimas das democráticas e constitucionais de um partido político,



Cúpipla. Bolsonaro e Valdemar atualmente são responsáveis pela definição das estratégias eleitorais do PL.

Prisão de presidente da sigla vira preventiva

A Justiça manteve na cadeia o presidente do PL, Valdemar Costa Neto. Após a audiência de custódia, o ministro Alexandre de Moraes, do Supremo Tribunal Federal

(STF), converteu a prisão em preventiva, sem prazo para expirar, e abriu prazo de 24 horas para a Procuradoria-Geral da República se manifestar.

O dirigente foi alvo de um mandado de busca e apreensão na sexta-feira, em uma investigação da Polícia Federal sobre os

atos antidemocráticos. A Polícia Federal encontrou na residência dele um revólver com o registro vencido e uma petita de ouro de 39 gramas, que não tinha origem declarada. Com isso, ele acabou sendo preso em flagrante por posse ilegal de arma e usurpação de bem da União.

Advogado de Jair Bolsonaro, Fabio Wajngarten classificou como "vergonhosos" a manutenção da prisão de Costa Neto. "Não soltura nesse momento só escancara ainda mais o momento que o Brasil vive", afirmou. Advogado de Valdemar, Marcelo Bessa, não comentou.

co — afirmou o presidente do PL baiano e ex-ministro João Roma (PL-BA).

O PL terá este ano o maior cofre de dinheiro público para turbinar suas candidaturas, com cerca de R\$ 880 milhões, valor 500% maior do que os R\$ 146,5 milhões de quatro anos atrás, quando elegeu 345 prefeitos, nenhum deles nas capitais.

META AMBICIOSA

A intenção, neste ano, é triplicar o número de prefeituras e ultrapassar a barreira de mil cidades. O investimento busca também minimizar a presença nas chapas de nomes com um passado de alinhamento à esquerda. O partido integrou a base nos primeiros mandatos de Lula e em parte da gestão de Dilma Rousseff, mas, quase uma década depois, apostará na polarização para avançar.

— Vocês têm que entender que nós estamos em um ano eleitoral. O PL tem uma previsão de fazer muitos prefeitos e muitos vereadores em todo o Brasil. É claríssima a espetacularização e o uso da Justiça — disse o senador Jorge Seif (PL-SC). Uma das preocupações recaí sobre o período da janela partidária, que aconteceu entre 7 de março e 5 de abril, em que vereadores e vereadoras poderiam trocar de partido para concorrer às eleições sem perder o mandato.

Supremo forma maioria para condenar mais 12 por atos de 8/1

As penas aplicadas aos réus, entretanto, ainda não foram definidas

DANIEL GULLINO
com a colaboração de
maria

O Supremo Tribunal Federal (STF) formou maioria na última segunda-feira para condenar mais 12 pessoas pelos atos golpistas do 8 de janeiro. As penas, entretanto, ainda não foram definidas pela Corte. O relator da ação, Alexandre de Moraes, votou para estabelecer penas entre 12 e 17 anos. Ele foi seguido integralmente pelos ministros Dias Toffi, Cármen Lúcia, Luiz Fux e

Gilmar Mendes.

O ministro Cristiano Zanin concordou com as condenações, mas divergiu sobre o prazo de detenção imposto. Ele foi acompanhado por Edson Fachin. Todos os réus fazem parte do núcleo dos chamados executores, ou seja, quem foi preso nas sedes dos três Poderes — Palácio do Planalto, Congresso e STF — ou nos arredores.

O julgamento ocorreu no plenário virtual do Supremo e estava programado para ser encerrado na

noite de ontem. Em paralelo, a análise de outras 15 ações penais começou ontem e vai até o dia 20 deste mês. Até agora, 59 pessoas já foram condenadas por envolvimento nos atos. A maioria foi condenada por cinco crimes como golpe de Estado, abolição violenta do Estado Democrático de Direito e associação armada.

A previsão de Alexandre de Moraes é concluir o julgamento de 205 ações até o mês de abril, o que quase esgotaria os casos dos executores.



Invasão no Planalto. Manifestantes ocupam prédios públicos em ato golpista.

Os ministros avaliaram as denúncias apresentadas pela Procuradoria-Geral da República (PGR) na esteira das investigações sobre os atos golpistas de 8 de janeiro. A situação de cada acusado foi verificada de forma individual, a partir das provas produzidas ao longo do processo. Os acusados respondem pelos crimes de abolição violenta do Estado Democrático de Direito; golpe de Estado; associação criminosa armada; dano qualificado e deterioração de patrimônio tombado. A maioria dos ministros

entendeu que houve uma clara intenção por parte de uma multidão de tomada ilícita de poder, com uso de meios violentos, para derrubar um governo democraticamente eleito.

A maioria da Corte também afirmou que os ataques configuraram o chamado "crime de multidão", quando um grupo comete uma série de crimes, sendo que um influencia a conduta do outro, num efeito manada. Com isso, todos precisam responder pelo resultado dos crimes.

Até o início desta semana, o ministro Alexandre de Moraes tomou 6.204 decisões relacionadas ao 8 de janeiro. O número abrange 255 autorizações de mandados de busca e apreensão, em mais de 400 endereços, e 350 quebras de sigilo bancário e/ou telemático.

PF pede investigação de Nikolas por chamar Lula de ladrão

Deputado bolsonarista discursou na Cúpipla Transatlântica em novembro na ONU; STF também foi alvo do parlamentar do PL

maria

A Polícia Federal (PF) pediu ao Supremo Tribunal Federal (STF) a abertura de um inquérito baseado em uma declaração do deputado federal Nikolas Ferreira (PL-MG) sobre o presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT). Durante o discurso na Cúpipla Transatlântica, evento da ONU realizado em novembro de 2023, o parlamentar chamou o atual presidente de "ladrão".

O pedido de investigação

de suposto crime de injúria será apreciado pelo ministro Luiz Fux. No discurso, Nikolas se referiu ao presidente como "um ladrão que deveria estar na prisão".

Segundo o Código Penal, quando suposto crime de injúria é cometido contra o presidente da República, cabe ao Ministério da Justiça solicitar a apuração. O pedido foi encaminhado no início de janeiro ao diretor-geral da PF, Andrei Rodrigues, por Ricardo Capelli, que atua no Ministério

da Justiça como secretário-executivo da pasta.

Em 20 de novembro, Lula enviou ao Ministério da Justiça um vídeo de discurso de Nikolas, e pediu a investigação contra o parlamentar. Lula não foi o único alvo de Nikolas durante o evento na ONU. Ele também atacou o STF e atores atistas como o americano Leonardo DiCaprio, que, nas eleições de 2022, engajou-se na campanha do atual presidente sob o discurso de proteção da Floresta Amazônica.



Ataques. Nikolas Ferreira discursou na ONU e fez críticas a Lula e ao STF.

— Educação que ensina e não doutrina. Novos juízes que vão honrar o magistério e fazer justiça. E não como alguns do Supremo Tribunal Federal que traíram o povo brasileiro e perseguiram seus oponentes políticos — disse, em ataque à Suprema Corte.

O deputado ainda citou frase de Olavo de Carvalho, guru bolsonarista já morto: — "O mundo será um lugar melhor. Se não houver tantas pessoas querendo melhorá-lo" — para lançar críticas.

— Isso se encaixa perfeitamente com Greta (Thunberg) e Leonardo DiCaprio, por exemplo, que apoiou nosso presidente socialista que se chama Lula, um ladrão que deveria estar na cadeia.